

**DOCUMENTOS • Nº 3**

# **FIM AO MASSACRE EM GAZA!**

**EDIÇÃO 1**  
**FEVEREIRO DE 2009**

*Perante a violência do ataque israelita a Gaza, gerou-se, por todo o Mundo, um movimento de repulsa e indignação.*

*Em Portugal, o MPPM tornou pública a sua posição numa declaração subscrita pelo Presidente da Assembleia-Geral, José Saramago, pelos Co-Presidentes Isabel Allegro Magalhães e Mário Ruivo e pelo Coordenador, Silas Cerqueira.*

*No dia 7 de Janeiro, o MPPM promoveu uma Sessão Pública de Informação e Debate, na sede da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, presidida por Mário Ruivo, em que se registaram importantes intervenções de Carlos Almeida, investigador científico, e José Manuel Goulão, jornalista – ambos membros da Direcção Nacional do MPPM - a que se seguiu um debate vivo e participado.*

*No dia 8 de Janeiro, por convocação da CGTP-IN, CPPC, MDM, MPPM, TMI e Comité Palestina, a que aderiram mais de uma centena de outras organizações, realizou-se uma concentração de protesto junto à Embaixada de Israel, em Lisboa.*

*A 17 de Janeiro, por iniciativa da União dos Sindicatos de Aveiro, a que aderiram outras organizações, entre as quais o MPPM, realizou-se uma acção de protesto em Aveiro*

*Finalmente, em 24 de Janeiro, mais de uma centena de organizações promoveu uma Manifestação em Lisboa, no Largo de Camões.*

*Neste documento reunimos os textos da Declaração, das intervenções feitas na Sessão Pública e, das intervenções dos representantes do MPPM nas várias acções de protesto.*

---

**MPPM – MOVIMENTO PELOS DIREITOS DO POVO PALESTINO E PELA PAZ NO MÉDIO ORIENTE**

Presidente da Assembleia Geral | **José Saramago**  
Co-Presidentes do MPPM | **Isabel Allegro Magalhães, Mário Ruivo**  
Vice-Presidentes | **Carlos Carvalho, Frei Bento Domingues, José Neves**  
Coordenador | **Silas Cerqueira**  
Presidente do Conselho Fiscal | **Frederico da Gama Carvalho**

Rua Silva Carvalho, 184 – 1º Dtº | 1250-258 Lisboa | Tel] 213 889 076 | Fax 213 889 136 | mppm.palestina@gmail.com | NIPC: 508267030

## DECLARAÇÃO DO MPPM SOBRE A AGRESSÃO ISRAELITICA A GAZA

**No quarto dia de uma agressão israelita inultrapassada contra um milhão e meio de Palestinos na Faixa de Gaza - Apelo instantâneo do Movimento Português pelos Direitos do Povo Palestino e pela Paz no Médio Oriente (MPPM): Fim imediato da agressão, dos bombardeamentos e massacres cometidos por Israel na Faixa de Gaza! Retirada desde já das forças israelitas! Restabelecimento de um cessar-fogo! Solidariedade e Independência para o Povo Palestino!**

1 -No passado sábado, 27 de Dezembro, o Estado e as Forças Armadas de Israel, fiéis à sua origem e natureza, desencadearam - na continuidade da "Nakba", a catástrofe de 1948 - uma guerra total contra o Povo palestino em Gaza com bombardeamentos do tipo de Guernica, a qual se está a traduzir numa catástrofe humanitária sem precedentes. Segundo os dados conhecidos até ao momento, em três dias perderam a vida mais de 325 palestinos e foram feridos mais de 1200 - enquanto do lado israelita havia um morto e um ferido. Tal é a dura lei de talião do colonialismo de Israel. Toda a história de Israel é marcada por massacres do Povo palestino (de Deir Yassin em 1948, a Sabra e Chatila em 1982, e sucessivamente). Mas o que agora, nestes dias, se passa é diferente na dimensão, qualidade e alcance. Daí a sua extrema gravidade e importância.

2 - Como o MPPM vem alertando, estamos perante uma estratégia criminoso de Israel e dos EUA elaborada de há anos, a qual visa **liquidar a questão da Palestina mediante a dispersão forçada pelo terror - o êxodo, uma nova Nakba - do seu Povo enquanto povo**. Isto, começando pela Faixa de Gaza, desde a "retirada" de Sharon à vitória eleitoral do Hamas e às subseqüentes medidas ilegais e ilegítimas - com a cumplicidade dos EUA e da União Europeia - de cerco e privação total, isolamento, estrangulamento e redução à fome deste território e dos seus habitantes. Medidas que têm pouco a ver com o fundamentalismo do Hamas e antes com a recusa do Povo de Gaza de se submeter à dominação colonialista de Israel, associada à estratégia dos EUA no Médio Oriente.

**3 -Tudo indica, pois, que a presente guerra de Israel em Gaza vai não só continuar, mas conhecer novos e mais perigosos desenvolvimentos.** A não ser que a dita "comunidade internacional" usasse de todo o seu peso para travar e pôr termo a esta guerra... Ora é precisamente o inverso que se passa. Os EUA e a UE, e agora o Ministério dos Negócios Estrangeiros português, pelo contrário e pretextando de uma falsa simetria entre alguns foguetões artesanais lançados pelo Hamas - cuja oportunidade política se pode discutir - e as vagas de bombardeamentos aéreos por Israel, de facto apoiam implícita e explicitamente a sua agressão e crimes de guerra. O pretenso "processo de Paz" de Annapolis (EUA) só resultou em mais violência e mais guerras. A ONU está extremamente limitada pelo veto dos EUA. Pelo seu lado, os regimes árabes caracterizam-se em geral pela vacuidade, ou pior, das suas posições.

Restam os povos que - com maior ou menor força - têm saído para a rua a manifestar a sua solidariedade com a justa luta do Povo palestino.

O MPPM partilha da indignação e emoção solidárias dos portugueses e **apela à unidade e à acção: por uma independência soberana da Palestina e por um Paz justa no Médio Oriente!**

Lisboa, 30 de Dezembro de 2008

José Saramago

Isabel Allegro Magalhães

Mário Ruivo

Silas Cerqueira

# GAZA: A VERDADE DOS FACTOS

Carlos Almeida

No dia 4 de Novembro de 2008, pelas 20.30 horas, uma unidade de infantaria do exército de Israel penetrou na aldeia de Wadi al-Salqa, na zona central da faixa de Gaza. Os soldados apoderaram-se de uma casa que utilizaram como base, mantendo a família como refém numa divisão da casa. A partir daquele ponto cercaram uma casa vizinha, ordenando a saída das cerca de vinte e três pessoas que ali viviam. Quando os residentes abandonavam a casa, Haneen Salah al-Humaidi foi ferido nas costas por disparos dos soldados. No entretanto, militantes do Hamas ripostaram à incursão do exército israelita. Aquela unidade militar recebeu reforços apoiados pela força aérea. Cerca das 22.30 horas, um míssil disparado por um avião militar israelita vitimou Mazen Nazmi Abu Sa'da. Nas primeiras horas do dia seguinte, o exército israelita destruiu a casa de al-Humaidi, arrasou cerca de 25 mil metros quadrados de terrenos agrícolas e prendeu seis membros da família, entre os quais quatro mulheres. No dia 5 de Novembro, em Khan Yunis, cerca da meia-noite, dois mísseis disparados pela aviação israelita vitimaram quatro militantes do Hamas, e cerca de uma hora depois, dois outros mísseis, disparados sobre a aldeia de al-Qarara, mataram outro militante do Hamas (1).

Naquele mesmo dia 4 de Novembro, em Toubas, cerca de 21 quilómetros a nordeste de Nablus, na Margem Ocidental, cerca da 1.10h da madrugada, o exército israelita penetrou no campo de refugiados de al-Far'a, impondo o recolher obrigatório. Várias casas foram inspeccionadas e destruídas. Em protesto, alguns dos residentes lançaram pedras contra os soldados que abriram fogo sobre a população. Sete pessoas, com idades compreendidas entre os 11 e os 54 anos, ficaram feridas, duas delas com gravidade. Um dos feridos era um funcionário da UNRWA que se encontrava em serviço no local devidamente identificado (2).

No dia 6 de Novembro, cerca das 9.55 horas, um grupo de agricultores palestinos trabalhava no cultivo das suas terras numa região situada a leste de Khan Yunis, junto à linha de fronteira entre Israel e a faixa de Gaza. Estavam acompanhados por monitores estrangeiros do Movimento de Solidariedade Internacional claramente identificados. Não obstante repetidas demonstrações sobre o carácter pacífico da sua actividade, uma patrulha do exército israelita abriu fogo sobre os agricultores que foram obrigados a abandonar o local (3).

Três dias depois, a família Al-Kurd foi expulsa, pelo exército israelita, da casa onde vivia, desde 1956, em Jerusalém Oriental. Situada no bairro de Sheik Jarrah, esta foi a primeira de uma série de 28 habitações de palestinos que Israel pretende desalojar para construir no local o colonato de Shimon Ha Tsadiq – tsadiq significa justo – que integrará 200 casas. Abu-Kamal, o patriarca da família, refugiado de Jaffa na guerra de 1948, morreria no hospital, cerca de vinte dias depois, com 62 anos de idade, deixando para trás, mulher, cinco filhos e respectivas famílias. Durante semanas, a mulher, Umm-Kamal, abrigou-se numa tenda construída junto àquela que fora a sua casa. No dia 21 de Novembro, um bulldozer do exército destruiu a tenda.

No dia 2 de Dezembro, cerca das 15.30 horas, um avião militar israelita disparou um míssil sobre um grupo de crianças palestinianas sentadas à beira da rua junto ao centro de saúde na aldeia de al-Shouka, a sudeste de Rafah, na faixa de Gaza, matando duas crianças de 15 e 16 anos, e ferindo com muita gravidade outras duas, de 14 e 17 anos (4).

Estas não são as notícias comuns nos noticiários televisivos. Não fizeram manchetes em qualquer jornal português, nem sequer nos periódicos de referência europeus. Fazem parte, no entanto, do dramático quotidiano dos palestinianos que vivem nos territórios ocupados por Israel, são retalhos de uma luta tenaz pela sobrevivência,

1 *Palestinian Center for Human Rights*, “Press Release, 5 November 2008”, ref. 98/2008, e “Weekly Report on Israeli Human Rights Violations in the Occupied Palestinian Territory, nº 44/2008”, 30 October – 5 November 2008.

2 *Palestinian Center for Human Rights*, “Weekly Report on Israeli Human Rights Violations in the Occupied Palestinian Territory, nº 44/2008”, 30 October – 5 November 2008.

3 *Palestinian Center for Human Rights*, “Weekly Report on Israeli Human Rights Violations in the Occupied Palestinian Territory, nº 45/2008”, 6 – 12 November 2008.

4 *Palestinian Center for Human Rights*, “Weekly Report on Israeli Human Rights Violations in the Occupied Palestinian Territory, nº 48/2008”, 27 November – 3 December 2008.

que em cada dia se completa e que em cada manhã se renova, persistente. Mergulhados, confortavelmente, no nevoeiro da propaganda de guerra, os indefectíveis da política sionista ocultam e mascaram a insuportável ignomínia que é a ocupação, as humilhações, a opressão, as prisões, a tortura, a destruição, os assassinios, a exploração, o muro e os bloqueios. Quando os governos de Israel decidem, tantas vezes em função da agenda política doméstica, escalar a repressão, como agora em Gaza, muito para lá dos limites do insuportável, silenciam o contexto que encerra a verdade do chamado conflito israelo-palestino, e tudo reduzem a uma culpa próxima, quasi primordial, que legitimaria a violência mais indiscriminada e brutal. Outros, a pretexto de uma suposta isenção que tem de cinismo e hipocrisia o que falta em coerência, deixam-se afundar na mesma nuvem, pronunciam compungidas palavras de compreensão para as “populações civis”, mas assobiam para o ar quando se trata de indagar sobre as razões fundas da guerra, e fecham os olhos aos gritos de dor que ecoam dos escombros de Jabalya e de Gaza.

Como todas, esta guerra tem as suas mentiras. Umas circunstanciais, outras mais constantes. Sem a pretensão de esperar que a sua crítica e o seu esclarecimento chegue alguma vez a ser escutado por quem, de má fé, as repete, mas tão só por um imperativo solidário de quem não suporta a indiferença, e outro instrumento não tem que a sua voz e as palavras que ela pode pronunciar para expressar a sua revolta, vale a pena desfazer algumas das falsidades que animam os tambores da guerra e embalam os que, de forma cúmplice, lhe dão ânimo.

A propaganda israelita justificou o bombardeamento selvagem de Gaza com a suposta quebra, por parte do Hamas, da trégua implementada desde o dia 19 de Junho de 2008, em Gaza. Essa alegação é falsa. Foi Israel que, reiteradamente, não cumpriu a sua parte do acordo de cessar-fogo negociado com a intermediação egípcia. A acção militar desencadeada pelo seu exército, entre os dias 4 e 5 de Novembro em diferentes pontos de Gaza, a que se fez referência no início, e não a reacção sucessiva de várias organizações da resistência palestina, constituiu a verdadeira e decisiva ruptura nesse frágil estado de coisas. O próprio Ehud Barak não deixou de reconhecer implicitamente a gravidade desses acontecimentos quando, em declarações reproduzidas no próprio dia 5 de Novembro pelas agências de informação, afirmava, de forma dúplice e calculada, a sua disposição em manter a trégua que Israel acabara de violar (5). Na verdade, o ataque israelita abriu um processo de escalada contínua da violência, e induziu o agravamento das condições do bloqueio imposto sobre a população da faixa de Gaza que durava há 18 meses. E mesmo aí, repetidamente, o Hamas reafirmou, em mais do que uma ocasião, a sua disposição em manter a trégua iniciada a 19 de Junho se o Estado de Israel levantasse o cerco imposto a Gaza como estava obrigado (6).

Ademais, como se verificara aliás na ofensiva levada a cabo contra o Líbano, em 2006, é por demais evidente e nem sequer escondido por parte dos responsáveis militares israelitas, que esta operação militar foi planeada ao longo de muitos meses. Em boa verdade, segundo diversas referências na imprensa israelita, não desmentidas, a sua preparação iniciou-se durante a própria negociação da trégua (7). Ela insere-se nos planos gizados pelo chefe da Mossad, general Meir Dagan que, apesar de toda a turbulência política interna que Israel atravessa desde Ariel Sharon, foi recentemente confirmado naquele cargo pelo demissionário Ehud Olmert. Apresenta uma clara similitude com a operação militar lançada em 2001 sobre a Autoridade Palestina e que conduziria ao cerco e posterior assassinato do Presidente Arafat. A oportunidade do seu lançamento não está, por outro lado, desligada do calendário eleitoral israelita; como se, uma vez mais, a exibição da mais brutal violência sobre a população palestina constituísse um espécie de certificado de autenticidade necessário a qualquer político israelita com ambições políticas de governo.

Mas não foi apenas no plano estritamente militar que Israel incumpriu os termos da trégua. Aqueles que acordaram para o conflito no dia em que tocaram as trombetas da guerra, e que logo se perfilaram nos seus postos, repetindo automaticamente a cartilha de Livni, Barak e Olmert, ignoram ou fazem por esquecer que, desde o início da trégua, Israel não desmantelou nem sequer aliviou o férreo bloqueio à circulação de pessoas e

---

5 *Reuters*, 05 Nov 2008 15:09:28 GMT, “Barak: Israel wants Gaza truce intact despite raid”.

6 *Haaretz*, 16 Dez.2008.

7 *Haaretz*, 27 Dez 08.

bens que impôs sobre a faixa de Gaza. Que a sua população, estimada em pouco mais de milhão e meio de pessoas vive, desde há cerca de 18 meses, encarcerada na sua própria terra, dependente da ajuda alimentar das Nações Unidas, impedida de cultivar as escassas terras de cultivo disponíveis, sem condições de escoamento para a sua limitada produção de azeitona – um dos poucos produtos agrícolas produzidos em Gaza – e proibida pelo exército e a marinha de guerra israelita de lançar os barcos de pesca ao mar. Que a água que bebe tem um teor de salinidade muitas vezes superior ao que é admissível ou suportável e que mesmo essa, em resultado da destruição dos serviços e infra-estruturas básicas de sobrevivência, é um bem por demais escasso. Que os milhares de túneis abertos na zona de Rafah, como todas as organizações humanitárias reconhecem, a começar pela Organização das Nações Unidas para os refugiados palestinos, constituem a única via de acesso a bens de primeira necessidade e que milhares de pessoas rastejam todos os dias com risco da própria vida para procurar, do outro lado da barreira, o sustento que escasseia em Gaza. Que o bloqueio férreo à entrada de produtos de primeira necessidade tem uma consequência particularmente dramática quando se trata do abastecimento de medicamentos e de combustíveis. É um eufemismo continuar a repetir que os hospitais de Gaza estão em situação desesperada; há muito que a rede de cuidados de saúde ultrapassou o ponto de ruptura, ocorrendo apenas a situações críticas e graças ao esforço dos profissionais de saúde e a alguma, pouca, ajuda internacional. O circuito, militar e policial, por que passa cada pedido de evacuação de um doente de um hospital de Gaza para o exterior é de tal modo labiríntico que, não poucas vezes, a morte sobrevém antes da tramitação de todo o processo <sup>(8)</sup>. Totalmente dependente da energia que recebe de Israel, a população de Gaza enfrenta o inverno sem luz, sem água, sem combustíveis, nem sequer para uso doméstico. Mary Robinson, antiga Alta Comissária das Nações Unidas para os direitos Humanos afirmou à BBC, no dia 4 de Novembro, a propósito do impacto do bloqueio a Gaza, “Não exagero. Toda a sua civilização foi destruída” <sup>(9)</sup>.

Entretanto, é necessário não sucumbir perante as aparências. O massacre que está a acontecer ante os nossos olhos todos os dias, a cada hora, nos becos de Jabalya e nas ruas atulhadas de destroços em Gaza, não é uma guerra entre o estado de Israel e o Hamas. Desde logo, porque o Hamas não constitui um exército e a sua capacidade de resistência armada, fantasiada de forma deliberadamente desproporcionada pela propaganda israelita, é mais do que limitada. Qualquer paralelo, nesse particular, com o Hezbollah e a situação no Líbano é destituído de fundamento. O Hamas é uma organização política, que pese embora as circunstâncias obscuras do seu surgimento, possui uma forte implantação popular, e é o partido maioritário no Parlamento Palestino. Os bombardeamentos em curso matarão muita gente, destruirão edifícios, arruinarão a já debilitada economia da região, mas não poderão apagar a existência política das organizações da resistência palestina, entre as quais se conta o Hamas.

Mas não é apenas a natureza do Hamas que desmente a falsa equação que opõe Israel àquela organização. É sobretudo a política persistente e continuada de Israel em relação ao povo da Palestina que evidencia o logro com que a propaganda israelita procura confundir a opinião pública. Senão veja-se o que se tem passado na Margem Ocidental do rio Jordão. Ao contrário do que acontece em Gaza, a Autoridade Palestina e o Presidente Mahmoud Abbas mantém o controlo sobre as instituições palestinas. Não consta que, daí, sejam lançados os tão famosos rockets sobre as cidades de Israel. Ao longo dos últimos meses, e mesmo após o fracasso do processo de Annapolis, o governo de Olmert e a Autoridade Nacional Palestina têm mantido um diálogo mais ou menos contínuo. Pergunta-se, e qual tem sido a realidade política no terreno? Foi travada a construção de colonatos?, foram levantados os postos de controle do exército israelita e melhoradas as condições de circulação ao longo do território?, foi interrompida a destruição de casas e de campos de cultivo, ou a anexação de terras?, foi reprimida a violência dos colonos israelitas contra as aldeias palestinas?, parou a construção do muro?, interromperam-se as prisões arbitrarias, os assassinatos selectivos, a tortura nas prisões?, melhorou a situação dos trabalhadores palestinos que se deslocam diariamente a Israel em busca de trabalho?, suspendeu-se o plano de limpeza étnica e reordenamento urbanístico de Jerusalém oriental destinado a alterar a sua composição demográfica? Numa

---

8 *World Health Organization, West Bank and Gaza*, “Access to Health Services for Palestinian people. Case studies of five patients in critical conditions who died while waiting the Gaza Strip”, April, 2008.

9 *BBC News*, 4 de Nov de 2008.

palavra, foi de alguma forma interrompida a política de ocupação e anexação de território palestino, a meticulosa e planeada destruição das condições de existência do povo da Palestina?

Vale a pena a este propósito, coligir alguns dados. Estão em curso, neste momento, por parte do governo de Israel, mais de 70 projectos de construção dispersos por nove colonatos na margem ocidental, num total de cerca de 4500 habitações, dos quais 94 por cento situam-se na área metropolitana de Jerusalém. De acordo com dados do próprio governo de Israel, em Junho de 2008, estavam em construção, em colonatos da margem ocidental, com excepção de Jerusalém, 2893 habitações <sup>(10)</sup>. Nos onze meses após a Conferência de Annapolis, entre Dezembro de 2007 e Outubro de 2008, a construção pública de casas nos colonatos da margem ocidental, de novo sem incluir Jerusalém, registou um aumento de 33 por cento relativamente aos onze meses anteriores <sup>(11)</sup>. Entre Novembro de 2007 e Novembro de 2008, o número de licenciamentos para a construção nos colonatos aumentou dezassete vezes em relação a igual período do ano anterior, sendo que destes, 77 por cento situam-se nos colonatos localizados em Jerusalém Leste. Sempre segundo dados do Governo Israelita citados pela OLP, existem planos para a construção, nos colonatos da parte oriental de Jerusalém, de perto de 10 mil novas casas. Ao mesmo tempo, com a evidente cumplicidade do governo, surgiram na margem ocidental mais 125 colonatos ditos ilegais, sem que quaisquer dos 110 previamente existentes tenham sido desmantelados <sup>(12)</sup>.

De acordo com dados das Nações Unidas, nos primeiros 11 meses de 2007, e apenas na margem ocidental, 87 palestinos foram mortos e 1127 foram feridos em resultado das acções do exército israelita. Nos onze meses seguintes, entre Novembro de 2007 e Novembro de 2008, sempre para a margem ocidental apenas, o número de vítimas mortais baixou para 51 (dos quais 11 são crianças) e o número de feridos subiu para 1210 (343 crianças) <sup>(13)</sup>. Segundo uma organização não governamental israelita, entre os dias 28 de Novembro de 2007 e 27 de Novembro de 2008, 338 casas de famílias palestinianas foram destruídas na margem ocidental do rio Jordão (das quais 99 em Jerusalém Oriental), registando-se em relação a igual período do ano anterior, um aumento de 21 por cento <sup>(14)</sup>. O número de autorizações de residência a palestinianos na zona de Jerusalém que foram revogados durante o ano de 2006 – últimos dados disponíveis – aumentou para 1363, o equivalente à soma dos últimos seis anos anteriores, segundo dados das Nações Unidas <sup>(15)</sup>. Entre 30 de Abril e 11 de Setembro de 2008, Israel estabeleceu 630 postos de controle ao longo da margem ocidental o que constitui um aumento na ordem dos 68 por cento, desde Agosto de 2005, e de 12 por cento desde Novembro de 2007, e o número de postos móveis cresceu em 35 por cento <sup>(16)</sup>. Em 11 de Setembro de 2007, estava concluído o equivalente a 57 por cento do traçado do muro de separação na margem ocidental (415 dos 723 quilómetros previstos), estando então, em fase de construção, mais nove por cento <sup>(17)</sup>.

Na frieza de todos estes números há gente concreta que vive e sofre, todos os dias, milhares e milhares de histórias que não cabem nos noticiários das agências de informação, destinos suspensos, homens e mulheres que teimam em reinventar em cada momento uma nova esperança, um povo que resiste teimosa e heroicamente à aniquilação. A barbárie que varre, nestes dias, a faixa de Gaza é a face visível, mais brutal e sangrenta, da política continuada, meticulosa e surda, de ocupação sionista e de destruição do povo da Palestina. E assim como esta vai avançando silenciosamente, também a guerra, de forma lenta e quase imperceptível, abandona o topo dos alinhamentos noticiosos na televisão e nos jornais.

---

10 *Israeli Central Bureau of Statistics, Monthly Bulletin of Statistics*, “Dwellings by Construction Initiator and District” – [http://www1.cbs.gov.il/reader/yarhon/yarmenu\\_e\\_new.html](http://www1.cbs.gov.il/reader/yarhon/yarmenu_e_new.html)

11 *Ministry of Construction and Housing*, “Housing Starts Initiated by Ministry of Construction and Housing, By District – Urban and Rural Areas”, e “Housing Completions Initiated by Ministry of Construction and Housing, By District – Urban and Rural Areas, citado em *PLO Negotiations Affairs Departement*, Summary of Israeli Road Map Violations Since Annapolis, 28 November 2007 – 27 de November 2008. A página electrónica do Ministério da Habitação do Governo de Israel não apresenta os seus conteúdos em inglês, pelo que não foi possível fazer a confirmação destes dados.

12 *PLO Negotiations Affairs Departement*, “Summary of Israeli Road Map Violations Since Annapolis”, 28 November 2007 – 27 November 2008. Não foi possível fazer a confirmação deste dado na informação electrónica disponibilizada pelo Governo israelita.

13 *UN-Office for Coordination of Humanitarian Affairs*, “Protection of civilians database – Nov. 2008”.

14 *The Israeli Committee Against House Demolitions*, “Demolition Statistics Since 1967” - <http://www.icahd.org/eng/>

15 *B'Tselem, Israeli Information Center for Human Rights in the Occupied Territories*, [http://www.btselem.org/English/Jerusalem/Revocation\\_Statistics.asp](http://www.btselem.org/English/Jerusalem/Revocation_Statistics.asp)

16 *UN-Office for Coordination of Humanitarian Affairs*, “Closure Update: Occupied Palestinian Territory (30 April-11 September 2008).

17 *Ibidem*.

Gerações e gerações têm, assim, sido flageladas na mais impune crueldade: Deir Yassin, Sabra e Chatila, Jenin, Gaza. Foi o Vice-Ministro da Defesa de Israel, Matan Vilnai que, em Fevereiro de 2008, antes portanto do início da trégua, ameaçou lançar sobre Gaza, cito, um “holocausto” (shoah) <sup>(18)</sup>. A ameaça está cumprida. Hoje como no passado, famílias inteiras são devoradas no fogo da violência sem quartel. Ontem mesmo, a imprensa noticiava a morte de nada menos que 60 pessoas de uma mesma família depois de repetidos bombardeamentos sobre as casas onde se tinham refugiado <sup>(19)</sup>. Mais de quinze mil pessoas, contadas da UNRWA, vagueia pela faixa de Gaza na busca desesperada e infrutífera de um refúgio. Muitos morrem soterrados sob os escombros dos edifícios em colapso. Escolas, mesquitas e hospitais, infra-estruturas civis, instalações das Nações Unidas, não existem lugares seguros. Todos são bombardeados, diga-se, sem nenhuma hesitação, de forma deliberada.

Perante esta a chacina, a equidistância é uma perversão, a neutralidade um crime, a solidariedade um imperativo ético.

*(Intervenção proferida em 7 de Janeiro de 2009 na sessão pública organizada pelo MPPM – Movimento pelos Direitos do Povo Palestino e pela Paz no Médio Oriente – na Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, em Lisboa)*

---

18 *Guardian*, 29.2.08, “Israeli minister warns of Palestinian ‘holocaust’”. É a seguinte a frase de Vilnai: “The more Qassam [rocket] fire intensifies and the rockets reach a longer range, they will bring upon themselves a bigger shoah because we will use our might to defend ourselves”; (<http://www.guardian.co.uk/world/2008/feb/29/israelandthepalestinians1>).

19 *Telegraph*, 6.01.09, “Israel strike kills up to 60 members of one family. Some of the Samouni family died from shrapnel wounds and others from being crushed by falling masonry”.



# A GUERRA CONTRA GAZA JÁ ESTAVA NA AGENDA

**José Goulão**

Para entender o que está a passar-se actualmente em Gaza é necessária muito mais informação do que a proporcionada pela chusma de comentadores instantâneos que invadem as rádios e TV's e pelos enviados ou residentes que, não conseguindo entrar na faixa invadida, se conformam em ser veículos bisonhos, conformados e passivos da realidade fabricada no Estado Maior israelita. Ao menos podiam dar conta de episódios das importantes manifestações internas israelitas contra a guerra, mas parece que isso poderia parecer uma perigosa dissonância. É natural concluir-se que tal como a agressão militar tem vindo a ser preparada há mais de seis meses também a correspondente acção de propaganda foi montada durante o mesmo período.

A primeira vez que estive em Gaza foi em Fevereiro de 1988. A primeira Intifada começara pouco mais de dois meses antes precisamente naquele território ocupado, com uma dinâmica e persistência que surpreendeu a própria Resistência Nacional Palestiniana dirigida pela OLP.

Nessa altura o Hamas não era mais do que um grupinho fundamentalista inspirado na Irmandade Muçulmana, fundada no Egipto em 1928, que se dedicava a agitação religiosa e alguma assistência social. Em 1988, porém, o Hamas foi ganhando fôlego, pretendendo distinguir-se pela chama revolucionária, decretando greves gerais e acções de resistência próprias que nunca convergiam com as desencadeadas pelas direcções da Intifada e da OLP. O Hamas actuava, visivelmente, como uma organização divisionista, potencialmente perturbadora da mobilização popular.

Hoje, apesar de o pudor ou o desconhecimento impedirem comentadores e enviados ou residentes de se debruçarem sobre tal facto, já não é novidade que os serviços secretos israelitas, a Mossad, tiveram um papel determinante no relançamento e engrandecimento do Hamas. Tal foi reconhecido mesmo por ex-ministros israelitas e está profusamente demonstrado por informação disponível na Net. Nem dá muito trabalho.

Essa foi a génese do Hamas que hoje conhecemos. Como atingiu as dimensões actuais? Sempre à sombra da guerra e do boicote aos processos de negociações conduzido pelos governos de Israel e as administrações norte-americanas – primeiro mediadoras do processo de Oslo e depois as cabeças de cartaz do falecido Quarteto, que já nascera moribundo.

Quando se iniciou a Autonomia Palestiniense como processo transitório para um Estado independente e Arafat regressou à Palestina, no Verão de 1994, a voz do Hamas mal se ouvia. As populações palestinianas dos territórios estavam em festa e acreditavam no bom desfecho de todo o processo.

Peres, Netanyahu, Barak, Sharon e Olmert, mais Clinton e, sobretudo, W. Bush foram inviabilizando paulatinamente as negociações israelo-palestinianas, assumissem as formas que assumissem, enquanto a Fatah (força dominante da OLP) e a Autoridade Palestiniana se foram enrodilhando na falta de alternativas estratégicas às negociações.

Essas foram assumidas pelo Hamas, que capitalizou gradualmente o descontentamento popular, mesmo de vastos sectores não religiosos ou religiosos não radicais, até se transformar em maior organização da Resistência e ganhar as eleições gerais palestinianas de 2006. O não reconhecimento do governo do Hamas pelos Estados Unidos, Israel e o mundo em geral – nem mesmo em aliança com a Fatah – poupou o movimento islâmico ao desgaste do exercício do poder e de ser forçado a actuar no terreno em vez de privilegiar a propaganda nas mesquitas e a mobilização paramilitar.

Quando a Fatah e o Hamas chegaram ao limiar da guerra civil, em 2007, o grupo islâmico assumiu o controlo de Gaza, enquanto Israel aproveitava a ocasião para impor um rigoroso bloqueio humano e de bens essenciais ao território. Em fase de plena construção do muro que fracciona a Cisjordânia em autênticos bantustões, a balcanização dos territórios palestinianos aprofundou-se.

A tomada de Gaza pelo Hamas terá surpreendido o mundo, mas não os dirigentes de Israel. Basta conhecer o Plano Dagan.

Meir Dagan é o chefe da Mossad, reconduzido por sucessivos governos israelitas desde o início do século. Ele idealizou uma estratégia de actuação que se tornou a cartilha de Ariel Sharon praticamente desde que este ressurgiu em força com a mediática invasão da Esplanada das Mesquitas em 2000, tolerada pelo então chefe do governo, Ehud Barak (o ministro que agora conduz a agressão a Gaza), e que inviabilizou a possibilidade iminente de palestinianos e israelitas se entenderem nas negociações de Taba, no Egipto.

Percorramos, em síntese, alguns passos previstos no Plano Dagan. A operação “Vingança Justificada” tinha como objectivo enfraquecer, tornar maleável ou mesmo destruir a Autoridade Palestiniana. Sahul Mofaz, enquanto ministro da Defesa, apresentou-a com o título “A destruição da Autoridade Palestiniana e o desarmamento de todas as forças armadas”. Isso, contudo, não impediu Israel e os Estados Unidos de fornecerem armas à Fatah na fase em que incentivavam a guerra civil entre os dois principais movimentos palestinianos. Entretanto, Israel exige agora o desarmamento do Hamas como pressuposto para um cessar-fogo.

Outro ponto do Plano Dagan era o desaparecimento de Yasser Arafat (um velho objectivo de Sharon desde a invasão do Líbano em 1980) e a sua substituição por uma direcção da Autoridade Palestiniana mais colaborante com Israel. Um objectivo como este mantém acesa a tese do assassínio do histórico dirigente palestiniano. A balcanização dos territórios palestinianos, o lançamento de vagas de terror contra as populações e o bloqueio de Gaza são outros aspectos do plano. Sem esquecer que, quando estava prestes a ser acordada a trégua de meados de 2008 em Gaza, Ehud Barak notificou as Forças Armadas para prepararem uma operação de grande envergadura contra este território para desencadear daí a alguns meses. Lendo o Plano Dagan não é de descartar que em alguma fase deste processo Israel abra uma “válvula de escape” em Gaza para que haja uma fuga em massa – limpeza étnica é a expressão correcta – eventualmente para a Jordânia atendendo ao comportamento actual do Egipto. Neste contexto é natural que venham à memória as conhecidas palavras de Ariel Sharon: “Não é necessário criar outro Estado palestiniano. A Jordânia é a Palestina”.

*(Resenha da intervenção proferida em 7 de Janeiro de 2009 na sessão pública organizada pelo MPPM – Movimento pelos Direitos do Povo Palestino e pela Paz no Médio Oriente – na Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, em Lisboa)*

## **INTERVENÇÃO DO REPRESENTANTE DO MPPM NA CONCENTRAÇÃO DE 8 DE JANEIRO DE 2009 EM LISBOA**

**O MPPM saúda os presentes nesta concentração e apela a todos os povos do mundo que manifestem a sua solidariedade com o Povo Palestino. A Palestina vencerá!**

1 -No passado sábado, 27 de Dezembro, o Estado e as Forças Armadas de Israel, fiéis à sua origem e natureza, desencadearam -na continuidade da “Nakba”, a catástrofe de 1948 -uma guerra total contra o Povo palestino em Gaza com bombardeamentos do tipo de Guernica, a qual se está a traduzir numa catástrofe humanitária sem precedentes. Segundo os dados conhecidos até ao momento perderam a vida mais de 700 palestinos. Tal é a dura lei de talião do colonialismo de Israel. Toda a história de Israel é marcada por massacres do Povo palestino (de Deir Yassin em 1948, a Sabra e Chatila em 1982, e sucessivamente). Mas o que agora, nestes dias, se passa é diferente na dimensão, qualidade e alcance. Daí a sua extrema gravidade e importância.

2 -Como o MPPM vem alertando, estamos perante uma estratégia criminosa de Israel e dos EUA elaborada de há anos, a qual visa liquidar a questão da Palestina mediante a dispersão forçada pelo terror – o êxodo, uma nova Nakba – do seu Povo enquanto povo. Isto, começando pela Faixa de Gaza, desde a “retirada” de Sharon à vitória eleitoral do Hamas e às subsequentes medidas ilegais e ilegítimas – com a cumplicidade dos EUA e da União Europeia – de cerco e privação total, isolamento, estrangulamento e redução à fome deste território e dos seus habitantes. Medidas que têm pouco a ver com o fundamentalismo do Hamas e antes com a recusa do Povo de Gaza de se submeter à dominação colonialista de Israel, associada à estratégia dos EUA no Médio Oriente.

3 -Tudo indica, pois, que a presente guerra de Israel em Gaza vai não só continuar, mas conhecer novos e mais perigosos desenvolvimentos. A não ser que a dita “comunidade internacional” usasse de todo o seu peso para travar e pôr termo a esta guerra... Ora é precisamente o inverso que se passa. Os EUA e a UE, e agora o Ministério dos Negócios Estrangeiros português, pelo contrário e pretextando de uma falsa simetria entre alguns foguetões artesanais lançados pelo Hamas -cuja oportunidade política se pode discutir -e as vagas de bombardeamentos aéreos por Israel, de facto apoiam implícita e explicitamente a sua agressão e crimes de guerra. O pretense “processo de Paz” de Annapolis (EUA) só resultou em mais violência e mais guerras. A ONU está extremamente limitada pelo veto dos EUA. Pelo seu lado, os regimes árabes caracterizam-se em geral pela vacuidade, ou pior, das suas posições. Restam os povos que -com maior ou menor força -têm saído para a rua a manifestar a sua solidariedade com a justa luta do Povo palestino.

O MPPM partilha da indignação e emoção solidárias dos portugueses e apela à unidade e à acção:

**POR UMA INDEPENDÊNCIA SOBERANA DA PALESTINA E POR UMA PAZ JUSTA NO MÉDIO ORIENTE!**

*(Intervenção de Amador Clemente, membro da Comissão Executiva do MPPM, na Concentração pelo Fim do Massacre em Gaza realizada em 8 de Janeiro de 2009 junto à Embaixada de Israel em Lisboa)*

## **INTERVENÇÃO DO REPRESENTANTE DO MPPM NA CONCENTRAÇÃO DE 17 DE JANEIRO DE 2009 EM AVEIRO**

**O MPPM saúda a União dos Sindicatos de Aveiro, pela convocação desta concentração, e saúda todos os presentes, nesta hora de mais uma agressão, de Israel em Gaza, que visa a eliminação do Povo Palestino e não como proclamam uma ofensiva para parar os chamados rockets do Hamas.**

Caros amigos

Desde 27 de Dezembro, continua a agressão por via marítima, aérea e terrestre de Israel, à Faixa de Gaza.

Mais de 1000 mortos dos quais 2/3 são civis, na sua grande maioria crianças.

Assistimos a uma campanha na Comunicação Social em Portugal, apregoando e difundindo toda a argumentação de Israel, mentindo aos portugueses, e escondendo a verdadeira essência do conflito Israel - Palestino.

Assistimos passados 61 anos à continuação da ocupação e da repressão de Israel contra os direitos legítimos do Povo Palestino.

Em 1948 Israel espezinhou a resolução 181 da ONU, da partilha em dois estados, um judeu e outro árabe.

Em 1948 Israel proclamou a independência em 78% do território e expulsou pela guerra centenas de milhares de Palestinos.

Em 1967 ocupou os restantes territórios: Jerusalém Oriental, Cisjordânia, Faixa de Gaze e outros territórios árabes.

Israel em violação sistemática, do direito internacional e das resoluções das Nações Unidas continua impune:

Na Cisjordânia, com 2,3 milhões de habitantes, 250.000 colonos israelitas controlam 40% do território e as melhores terras agrícolas; continuam as anexações em Jerusalém Oriental, Árabe e na Cisjordânia; continuam a rejeitar a negociação do direito ao regresso dos refugiados Palestinos dos quais mais de um milhão vivem em campos miseráveis na região, em contínuo desrespeito pela decisão 194 da ONU.

Nos últimos 15 anos fracassaram todas as conferências, reuniões, processos de paz, quando se chega à questão decisiva da retirada israelita dos territórios ocupados e do estabelecimento de um Estado Palestino independente e soberano nos mesmos territórios de 1967, Israel continua impune, em conluio e com o apoio da comunidade internacional, com os EUA à cabeça, com a Europa rendida, Portugal incluído, e até com a passividade do mundo árabe.

O que continua a prevalecer nesta política de conluio entre os EUA e Israel é a eliminação dos Palestinos enquanto Povo.

A Europa continua sem política, sem uma posição e atitude firme ao lado do Povo Palestino.

A Europa enquanto apoia financeiramente a Palestina, assiste impávida e serena, à destruição de instalações, infra-estruturas pelo exército de Israel que foram executados com os fundos da Comunidade Europeia.

A política internacional com o seu expoente máximo – os EUA, tem dois pesos e duas atitudes diferentes.

Por um lado intervêm nos assuntos de outros estados, provocam guerras, argumentando razões políticas quando as razões fundamentais são económicas – o petróleo e a ambição de dominarem o mundo.

Ao longo dos anos foram utilizados argumentos e mais argumentos sempre para adiarem a solução.

Argumentaram, que a OLP não reconhecia Israel.

Argumentaram com o problema de Jerusalém.

Mais recentemente, argumentaram que quem ganhou as eleições, na Palestina, o Hamas, não é uma força democrática (mas que foi eleita em eleições que eles próprios provocaram e incentivaram), antes do Hamas, estava no governo a Fatah, e a situação foi idêntica.

Negociações, negociações sem soluções.

São utilizados também os argumentos dos ataques suicidas, (que também condenamos), mas não nos podemos deixar afastar do aspecto fundamental, que levam a estes actos de desespero, não podemos afastar-nos de que o principal responsável de tudo isto é Israel, que pratica o terrorismo de estado com um exército dos melhores do mundo, detentor de armas nucleares (pese embora a derrota da guerra que lhes foi infringida no Líbano em 2006).

É neste contexto, que vemos a propaganda israelita, a justificar o bombardeamento selvagem de Gaza com a suposta quebra por parte do Hamas, da trégua implementada desde o dia 19 de Junho de 2008 em Gaza, argumentando com o envio de rockets por parte do Hamas, para território de Israel, que provocou a morte a 4 pessoas.

Essa alegação é falsa.

Foi Israel que reiteradamente não cumpriu a sua parte do acordo de cessar-fogo negociado com a intermediação egípcia.

Foi a acção militar desencadeada por Israel entre os dias 4 e 5 de Novembro em Gaza, aliada ao agravamento das condições do bloqueio imposto sobre a Faixa de Gaza, transformando Gaza na maior prisão do mundo, com 1.500.000 de pessoas ameaçados na sua sobrevivência.

Caros amigos,

O MPPM surge porque está ameaçada a sobrevivência dos palestinos enquanto povo.

A fundação do MPPM surge, quando em 2004, começou a construir-se o “Muro de Sharon”. O muro com 670Km originou a criação de uma espécie de guetos ou bantustões de triste memória, sem acesso natural aos que foram os seus vizinhos e familiares de sempre e até mesmo dos terrenos que cultivavam.

A construção do muro, um novo apartheid, teve uma expressiva sentença condenatória do Tribunal Internacional de Haia, em 2004, com a decisão aprovada por 14 votos, contra um do juiz norte-americano.

Unimo-nos no MPPM pessoas de diferentes opiniões políticas e religiosas, na continuidade de múltiplas iniciativas de solidariedade com o Povo Palestino que tiveram lugar no nosso país, para congregar esforços na consolidação de uma estrutura organizativa consagrada à questão da Palestina.

Fazemo-lo para, como movimento específico, dar mais força à divulgação da situação na Palestina, e apelar aos órgãos de soberania em Portugal para que tenham uma atitude consentânea com a Constituição Portuguesa, com as decisões das Nações Unidas.

O MPPM surge para combater e denunciar essas campanhas de manipulação da opinião pública sem precedentes, cada vez mais sofisticadas.

A verdade é que utilizam e manipulam através dos média, uma sistemática campanha contra a verdade inquestionável dos factos e reconhecida pelas nações unidas, no imediato após a ocupação dos judeus dos territórios palestinos em 1948 – há 61 anos – o direito à criação de um estado palestino.

Esta é a verdadeira essência e a razão de mais esta agressão.

O MPPM surge assim porque não nos resignamos, e não esquecemos que, tudo que o mundo progressista conseguiu para a humanidade, foi através da luta solidária dos povos.

A descolonização mundial, a independência da África do Sul e a forma como foi alcançada, e o exemplo de Timor contra a poderosíssima Indonésia, entre muitas outras.

Não podemos deixar no esquecimento este assunto cuja resolução pode e irá contribuir para uma paz duradoura em todo o médio oriente.

Os mais cépticos dirão que não compreendem o que se passa, a divisão das forças políticas na Palestina, a corrupção, o terrorismo, são assuntos que suscitam, incompreensões, receios, dúvidas.

Pensamos que as soluções têm de passar pela unidade de todas as forças da Palestina, para a implantação de um estado soberano e independente que todo o povo ambiciona.

No nosso movimento, é este o apelo que fazemos a todas as forças políticas na Palestina.

Também no MPPM, existem opiniões diferentes sobre a situação naquela região, mas congregamos vontades, opiniões políticas e religiosas, na criação do Movimento pelos direitos do Povo Palestino e pela paz no Médio Oriente.

Queremos chegar a vários pontos do país, dinamizar a discussão e a informação sobre a Palestina.

Queremos um MPPM capaz de apelar aos órgãos de soberania nacionais:

Para que Portugal assuma uma posição activa própria, na União Europeia, na ONU;

Para que Portugal exija o fim imediato da agressão a Gaza, com consequências dramáticas para mais de um milhão e meio de pessoas;

Para que Portugal exija o desmantelamento do muro de um novo apartheid;

Para que Portugal exija a retirada de Israel dos territórios ocupados incluindo Jerusalém Oriental e que cessem a ocupação e instalação de mais colonatos.

Para que Portugal exija no fundo que sejam implementadas as decisões das Nações Unidas e que esta restabeleça o principal papel político e de execução.

Queremos que Portugal tenha uma política ao lado dos Palestinos, ao lado das resoluções das Nações Unidas, e não de abdicação à política dos EUA.

## **A PALESTINA VENCERÁ**

*(Intervenção de Carlos Silva, membro da Direcção Nacional do MPPM, na Concentração pelo Fim do Massacre em Gaza realizada em 17 de Janeiro de 2009, em Aveiro, por iniciativa da União dos Sindicatos de Aveiro)*

## **INTERVENÇÃO DO REPRESENTANTE DO MPPM NA MANIFESTAÇÃO DE 24 DE JANEIRO DE 2009 EM LISBOA**

Caros amigos,

Desde 27 de Dezembro, a agressão por via marítima, aérea e terrestre de Israel, à Faixa de Gaza, fez mais de 1300 mortos dos quais 2/3 são civis, na sua grande maioria crianças.

Assistimos a uma campanha na Comunicação Social em Portugal, apregoando e difundindo toda a argumentação de Israel, mentindo aos portugueses, e escondendo a verdadeira essência do conflito Israel ou Palestino.

Assistimos passados 61 anos à continuação da ocupação e da repressão de Israel contra os direitos legítimos do Povo Palestino.

Em 1948 Israel espezinhou a resolução 181 da ONU, da partilha em dois estados, um judeu outro árabe.

Em 1948 Israel proclamou a independência em 78% do território e expulsou pela guerra centenas de milhares de Palestinos.

Em 1967 ocupou os restantes territórios: Jerusalém Oriental, Cisjordânia, Faixa de Gaze e outros territórios árabes.

Israel em violação sistemática, do direito internacional e das resoluções das Nações Unidas continua impune:

Na Cisjordânia, com 2,3 milhões de habitantes, 250.000 colonos israelitas controlam 40% do território e as melhores terras agrícolas, continuam as anexações em Jerusalém Oriental, Árabe e na Cisjordânia, continuam a rejeitar a negociação do direito ao regresso dos refugiados Palestinos dos quais mais de um milhão vivem em campos miseráveis na região, em continuo desrespeito pela decisão 194 da ONU.

Nos últimos 15 anos fracassaram todas as conferências, reuniões, processos de paz, quando se chega à questão decisiva da retirada israelita dos territórios ocupados e do estabelecimento de um Estado Palestino independente e soberano nos mesmos territórios de 1967, Israel continua impune, em conluio e com o apoio da comunidade internacional, com os EUA à cabeça, com a Europa rendida, Portugal incluído, e até com a passividade do mundo árabe.

O que continua a prevalecer nesta política de conluio entre os EUA e Israel é a eliminação dos Palestinos enquanto Povo.

A Europa continua sem política, sem uma posição e atitude firme ao lado do Povo Palestino.

A Europa enquanto apoia financeiramente a Palestina, assiste impávida e serena, à destruição de instalações, infra-estruturas pelo exército de Israel que foram executados com os fundos da Comunidade Europeia.

A política internacional com o seu expoente máximo – os EUA, tem dois pesos e duas atitudes diferentes.

Por um lado intervêm nos assuntos de outros estados, provocam guerras, argumentando razões políticas quando as razões fundamentais são económicas – o petróleo e a ambição de dominarem o mundo.

Ao longo dos anos foram utilizados argumentos e mais argumentos sempre para adiarem a solução.

Argumentaram, que a OLP não reconhecia Israel.

Argumentaram com o problema de Jerusalém.

Mais recentemente, argumentaram que quem ganhou as eleições, na Palestina, o Hamas, não é uma força democrática (mas que foi eleita em eleições que eles próprios provocaram e incentivaram), antes do Hamas, estava no governo a Fatah, e a situação foi idêntica.

Negociações, negociações sem soluções.

São utilizados também os argumentos dos ataques suicidas, (que também condenamos), mas não nos podemos deixar afastar do aspecto fundamental, que levam a estes actos de desespero, não podemos afastar-nos de que o principal responsável de tudo isto é Israel, que pratica o terrorismo de estado com um exército dos melhores do mundo, detentor de armas nucleares (pese embora a derrota da guerra que lhes foi infringida no Líbano em 2006).

É neste contexto, que vemos a propaganda israelita, a justificar o bombardeamento selvagem de Gaza com a suposta quebra por parte do Hamas, da trégua implementada desde o dia 19 de Junho de 2008 em Gaza, argumentando com o envio de rockets por parte do Hamas, para território de Israel, que provocou a morte a 4 pessoas.

Essa alegação é falsa.

Foi Israel que reiteradamente não cumpriu a sua parte do acordo de cessar- fogo negociado com a intermediação Egípcia.

Foi a acção militar desencadeada por Israel entre os dias 4 e 5 de Novembro em Gaza, aliada ao agravamento das condições do bloqueio imposto sobre a Faixa de Gaza, transformando Gaza na maior prisão do mundo, com 1.500.000 de pessoas ameaçados na sua sobrevivência.

As bombas deixaram de cair, mas o cessar-fogo é frágil.

As bombas deixaram de cair, mas a Paz não chegou ao Médio Oriente.

A Paz só acontecerá com a criação do Estado da Palestina, nas fronteiras anteriores à guerra de ocupação levada a cabo por Israel em 1967.

A luta continua por uma Palestina livre e independente.

## **A PALESTINA VENCERÁ!**

*(Intervenção de Amador Clemente, membro da Comissão Executiva do MPPM, na Manifestação pelo Fim ao Bloqueio a Gaza realizada em 24 de Janeiro de 2009 no Largo de Camões em Lisboa)*